

A MERENDA ESCOLAR E O SILENCIAMENTO IDEOLÓGICO DA RESPONSABILIDADE ESTATAL: EFEITOS DISCURSIVOS DE SENTIDO NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (LEI 11.947/2009)

Gabriela Alves de Arruda ¹
Dennys Dikson ²

Resumo: O presente trabalho traz uma investigação analítico-discursiva tendo como materialidade e *corpus* de pesquisa a Lei nº 11.947/2009 que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), norma legislativa que necessita ser observada pelos entes públicos, e com maior vigor pelos prefeitos municipais, quando se trata da distribuição e o direito à merenda aos alunos do ensino básico de escolas públicas do país. A partir das questões teórico-metodológicas da Análise do Discurso de linha francesa, fundada e desenvolvida por Michel Pêcheux (2009), e as investigações de Orlandi (1994, 2003, 2015), Florêncio et al. (2009), Cavalcante (2007), Guimarães (2005), dentre outros, empreendemos análises em duas sequências discursivas recortadas da referida normatização, com o intuito de desvelar efeitos de sentido e construções discursivo-ideológicas nela presentes, transpassando a aparente homogeneidade do discurso da Lei, em especial a de poder-elitizado que silencia as responsabilidades alimentares e educacionais inerentes ao Estado. Nossas análises preliminares dessas materialidades, nos fez transparecer e desvelar a legitimação das reformas neoliberais e o direcionamento do sistema educacional brasileiro aos interesses das elites, já que traz para as camadas mais pobres e carentes do Brasil – exatamente a grandiosa fatia dos estudantes do ensino básico do sistema público – a noção de que uma educação de “qualidade” é aquela que oferece alimentação na escola, e que a responsabilidade dessa “qualidade” ou de uma boa escola alia-se ao Estado por, supostamente, e apenas, oferecer comida na escola. Há um mascaramento da verdadeira intenção que é a manutenção do *status quo* da educação pública de péssima qualidade, aferindo-se o binômio ensino/aprendizagem sem acesso a estrutura, professores, políticas públicas robustas e, mais importante, uma alimentação de qualidade que cumpra as necessidades nutricionais dos alunos destinatários do Programa, silenciando a responsabilidade Estatal.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Merenda Escolar; Lei 11.947/2009; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Políticas Públicas da Educação.

REFERÊNCIAS

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL); Professora do Curso de Direito da Faculdade de Integração do Sertão (FIS), Serra Talhada; (tema principal de pesquisa: Análise do Discurso dentro de Políticas Públicas como a Merenda Escolar); email: gabriela.a.arruda@hotmail.com.

² Professor do Departamento de Letras e do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE-UFRPE/UAG), (tema de pesquisa voltado à Linguística Textual e, eventualmente, à Análise do Discurso). Email: dennys.dikson@ufrpe.br.

BACCARIN, J.G. et al. **Alimentação Escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do Artigo 14 da Lei 11947/2009 no Estado de São Paulo.** In: 49º Congresso da Sober, 2011, Belo Horizonte.

BELIK, Walter. e SOUZA, Luciana Rosa de. **Algumas Reflexões sobre os Programas de Alimentação Escolar na América Latina.** Planejamento e Políticas Públicas – ppp - n. 33, jul./dez. 2009. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/155/171>>. Acesso em 23/01/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm> Acesso em: 23/01/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>> acesso em: 23/01/2017.

BRASIL, Presidência da República. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar. Ministério da Educação – FNDE/MEC, Brasília-DF, 2014.**

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> acesso em: 23/01/2017

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador.** Maceió : Edufal, 2007.

FLORENCIO, Ana M. G. et al. **Análise do Discurso: fundamentos & prática.** Maceió, Edufal, 2009.

MAGALHÃES, Belmira. **As marcas do corpo contando a história: um estudo sobre a violência doméstica.** Maceió: EDUFAL, 2005.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6.ed. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. **Discurso, imaginário social e conhecimento.** In: Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan/mar. 1994.

_____. **A análise do discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.** In: Anais do 1º Seminário de Estudos em Análise do Discurso. 2003, Nov 10-13. Poro Alegre (RS): UFRGS, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

RODRIGUES, N. (Org). **Almanaque histórico Josué de Castro: por um mundo sem fome.** São Paulo: Mercado Cultural, 2004.

ROZENDO, C.; BASTOS, F.B.C; MOLINA, W.S.L. **A implementação das novas diretrizes do PNAE: desafios institucionais.** In: VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2014, Campinas. VI Encontro da Rede de Estudos Rurais. Campinas, 2014.

SPINELLI M.A.S.; CANESQUI A.M. **O Programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995).** Revista de Nutrição,15:105-117, 2002.